

OS PAPEIS DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS NA SUBJETIVIDADE HUMANA

Gabriel Ferreira da Silva¹
Palloma Nathally Melo D'Andrade Lima²
José Anderson Pereira Feitosa³
Brígida Cavalcanti Alves⁴
José Fernando Ferro Machado Junior⁵
Luiz Fernando Aciole da Silva⁶
Vinícius Campelo Pontes Grangeiro Urbano⁷

RESUMO: Quando se realiza um levantamento bibliográfico na área das ciências humanas - antropologia, história, sociologia, etc. -, percebe-se que a palavra “subjetividade” é uma expressão que pode ser compreendida de várias maneiras. Subjetividade, então, diz respeito aquilo que somos. Este artigo visa debater as influências histórico-sociais que são adotadas ainda hoje para definir comportamentos do que é ser e como ser mulheres e homens. Destacando que é através da identidade de gênero, da nossa orientação sexual, é que elaboramos nossa própria subjetividade, nos relacionando com as outras pessoas.

Palavras-chave: Gênero. Subjetividade. Machismo. Orientação sexual.

ABSTRACT: When a bibliographic survey is carried out in the field of human sciences - anthropology, history, sociology, etc. -, it is noticed that the word “subjectivity” is an expression that can be understood in several ways. Subjectivity, then, concerns what we are. This article aims to discuss the historical and social influences that are still adopted today to define behaviors of what it is to be and how to be women and men. Highlighting that it is through gender identity, our sexual orientation, that we elaborate our own subjectivity, relating to other people.

1350

Keywords: Gender. Subjectivity. Sexism. Sexual orientation.

RESUMEN: Cuando se realiza un levantamiento bibliográfico en el campo de las ciencias humanas - antropología, historia, sociología, etc. -, se advierte que la palabra “subjetividad” es una expresión que puede entenderse de varias maneras. La subjetividad, entonces, concierne a lo que somos. Este artículo tiene como objetivo discutir las influencias históricas y sociales que aún hoy se adoptan para definir comportamientos de lo que es ser y cómo ser mujeres y hombres. Resaltando que es a través de la identidad de género, nuestra orientación sexual, que elaboramos nuestra propia subjetividad, relacionándonos con otras personas.

Palabras clave: Género. Subjetividad. Sexismo. Orientación sexual.

¹Mestrando em Saúde Mental - Universidade de Pernambuco (UPE). Especialista em Saúde Mental - instituto de ensino superior múltiplo (IESM). Graduado em Psicologia - universidade federal de Campina Grande (UFCG).

²Mestranda em Saúde Mental - Universidade de Pernambuco (UPE). Especialista em Direitos Humanos, gênero e sexualidade. (UNIFG), Graduada em Psicologia,

³Graduado em psicologia - UNILEAO. Especialista em Docência do ensino superior e metodologias ativas de aprendizagem.

⁴Graduada em psicologia (UFCG). Mestranda em Psicologia na UFRN.

⁵ Graduado em psicologia, Mestrando em Saúde Mental - Universidade de Pernambuco (UPE), Especialista em Psicologia Escolar.

⁶Graduado em Psicologia -UPE, Mestrando em Psicologia-UPE.

⁷ Mestrando em Ciências Sociais (UERN). Graduado em psicologia - Universidade Potiguar- UNP

INTRODUÇÃO

A gente não nasce pronto ou determinado, é por meio da educação, seja ela familiar, na escola ou no social que vamos nos formando e uma das coisas que nós aprendemos é o que é ser mulher e o que é ser homem, como mulheres e homens devem se relacionar entre si, quais os diferentes lugares que homens e mulheres devem ocupar na sociedade e o que eles significam também no meio social. Uma vez que o processo de aprendizado e formação está ligado aos valores vigentes na nossa sociedade, classificando e diferenciando o que é bom e o que é ruim, o que é positivo e negativo, correto e errado, é preciso que esses sujeitos estejam atentos para não reforçar e legitimar diferenças supostamente naturais.

A naturalização dos processos de formação dos homens e das mulheres pode se tornar bastante perigosa quando elas são usadas para justificar uma série de violências e preconceitos. As violências de gênero e os preconceitos agem de maneira silenciosa, por isso é preciso que estejamos atentos para identificá-los e capacitados para enfrentá-los.

Grupos sociais ditos majoritários usam ideias consideradas machistas, misóginas e homofóbicas, para exercerem controle sobre essas pessoas que são consideradas desviantes ou anormais, o que fortalece vários mecanismos de exclusão, e de negação, ou seja, exclusão do convívio social e negação da família, dificultando até a inserção do mercado de trabalho. Infelizmente esses tipos de ofensas não permanecem apenas no campo verbal e pressão psicológica ou social, em alguns casos existe agressão física que pode, inclusive, levar a morte.

Dentro do universo da exclusão social, Wanderley (2014) traz algumas concepções⁸, porém a partir do que o trabalho propõe, usaremos o conceito de desinserção, pois parte do princípio da dimensão simbólica inverso à inserção tendo como base o sistema de valores sociais que tratam dos excluídos como “fora da norma”. A desinserção está ligada às esferas do desemprego e do vínculo social.

Quando se fala de estudo de gênero isso não quer dizer que todo mundo têm que se desconstruir ou mudar ou inverter as coisas, a questão é que todo mundo deveria se sentir confortável sendo quem é.

⁸ a *desqualificação* como sendo produto de uma construção social e como problema de integração normativa e funciona; a *desqualificação* parte da premissa de que o desemprego e a pobreza são consequências dessa não capacidade de integrar-se nas novas dinâmicas sociais; a *desinserção* está ligada às esferas do desemprego e do vínculo social; *desafiliação* que traz consigo o rompimento, *desafiliação* ou perda de vínculo social; a *apartação social* que concebe o outro diferente como “não pertencente”, separado dos bens materiais, desumanizado, negado, tal concepção de indivíduo gera intolerância social.

As condutas dos homens e das mulheres são visíveis nos corpos, ancoradas numa dimensão biológica. É comum encontrarmos em matérias jornalísticas, explicações científicas para diferenças de comportamentos entre homens e mulheres, fundamentadas nos hormônios. Por conta disso, não é difícil perceber que a sociedade ocidental crê que as personalidades e os padrões de comportamento estão pré-determinados de acordo com o sexo biológico do indivíduo. Logo, se nasce uma fêmea, várias características pré-concebidas são levantadas para classificar os modos de ser e a subjetividade dessa pessoa, o mesmo é pensando para os seres humanos que nascem machos.

Nesse campo de estudo, se entende que a biologia desempenha um papel questionável na determinação dos comportamentos. É preciso ter claro que a espécie humana depende intrinsecamente da socialização entre os seus iguais para elaborar e construir as subjetividades, ou seja, é na sociedade e através das interações com os outros que aprendemos e vamos incorporando os significados do que é ser homem e do que é ser mulher. As relações sociais são mais determinantes nos comportamentos e nas condutas do que o sexo biológico.

Partindo na concepção de Jesus (2012a) são conceituadas como —cigêneros‖ as pessoas cuja identidade de gênero está de acordo com o que socialmente se estabeleceu como o padrão para o seu sexo biológico, a partir disso, no decorrer da história, o homem branco (cigênero) e ocidental tornou-se parâmetro e medida da humanidade e a ele estava delegada toda capacidade e poder sobre qualquer outra classe, pois, esse homem (cigênero) branco ocidental seria o único capaz de ocupar posições e assumir papéis de comando para uma “ordem social”. Com o passar do tempo, as relações de poder estabelecidas por este homem foram sendo questionadas frente ao movimento feminista que a partir da década de 1970 mais propriamente ganharam força e exigiam mudanças nessa concepção social hegemônica da figura do homem e dominação das relações de poder. (MISKOLCI, 2010)

Na tarefa de reescrever a história, agora levando as mulheres em consideração, a luta feminista deixava clara a importância da diferença sexual na organização da vida social em diversos contextos muito bem mapeados. Houve um atravessamento das questões sociais pelas questões antes entendidas como privadas e que necessitavam ser questionadas em âmbito político-social. A tendência do enfoque exclusivo sobre as mulheres acabou dando lugar ao estudo das relações entre os sexos e o debate sobre a necessidade e as maneiras de tornar o saber histórico preocupado com a construção social das diferenças sexuais um campo de conhecimento mais analítico prosseguiu e em outras reflexões, o termo “sexo” foi

questionado por remeter ao biológico e a palavra “gênero” passou a ser utilizada para enfatizar os aspectos culturais relacionados às diferenças sexuais.

Por compreender gênero enquanto uma construção social, utilizarei aqui o conceito de Joan Scott (1995) que compreendia gênero em termos de categoria de análise. A definição de gênero que Scott apresenta parte de duas proposições: gênero sendo um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e gênero sendo um modo primário de significar relações de poder. A primeira refere-se ao processo de construção das relações de gênero já a segunda refere-se à pertinência da aplicação do termo como categoria de análise de outras relações de poder.

Para Scott (1995), a definição de gênero envolve ainda quatro elementos que podem operar em conjunto: símbolos que evocam múltiplas representações e devem ser pesquisados em suas modalidades e nos contextos específicos em que são invocados; conceitos normativos que evidenciam as interpretações e os significados dos símbolos (doutrinas religiosas, regras sociais, científicas, políticas), e que remetem a afirmações dominantes dependentes da rejeição ou repressão de possibilidades alternativas, sendo assim, o desafio das pesquisas seria revelar o debate por trás da aparência de uma permanência eterna na representação binária e hierárquica de gênero; política, instituições e organização social, noções e referências que devem ser incluídas nas análises, pois gênero é construído tanto no parentesco quanto na economia e na política; e identidade subjetiva, onde o pesquisador pode examinar os modos pelos quais as identidades de gênero são constituídas, relacionando-as a atividades (educacionais, políticas, familiares etc.), organizações e representações sociais contextualizadas.

Esse contexto do estudo das relações de gênero e sua compreensão, enquanto construto social e categoria de análise histórica, nos coloca em oposição a visão biologicista naturalizada de se compreender gênero de forma binária. A ênfase nas diferenças proporciona uma maior diversidade que a simples oposição homem/mulher. Dá condições para a criação de identidades individuais e coletivas e desafiam identidades fixas e categorias essencialistas que podem ser o próprio significado da igualdade reivindicada: "a igualdade reside na diferença". A criação de identidades próprias sejam elas individuais ou coletivas questionam a norma e desafiam as relações de poder.

A Antropologia pode ser caracterizada pelo estudo da diversidade cultural dos homens e por consequência os mecanismos que orientam e são determinantes para a construção dessa diversidade, podendo perceber que homens e mulheres de todo o mundo,

são muito diferentes entre si e é também por esses estudos que as questões de gênero não estão ancoradas no biológico, mas orientadas por particularidades culturais, afinal se fosse ao contrário, homens e mulheres de todo o planeta teriam comportamentos e modos de serem iguais. Sendo assim, a Antropologia pode nos ensinar que é a partir da cultura que a diversidade humana pode ser constituída e elaborada.

A antropóloga Margaret Mead, que estudou o comportamento de homens e mulheres em seu livro “Sexo e Temperamento (1963)”, analisou o fato das diferenças entre homens e mulheres não serem meramente biológicas, a partir de estudos de três culturas diferentes (Arapesh, Mundugmor, Tchambuli), e afirma que não existe correlação entre o sexo do corpo e a conduta social dos homens e mulheres, ela ainda admite que:

Se aquelas atitudes temperamentais que tradicionalmente reputamos femininas – tais como passividade, suscetibilidade e disposição de acalenta crianças – podem tão facilmente ser erigidas como padrão masculino numa tribo, e na outra ser prescritas para a maioria das mulheres, assim como para a maioria dos homens, não nos resta mais a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo (MEAD, 1963)

Margaret Mead (1963) relata que os Arapesh poderiam ser considerados, a partir da nossa cultura ocidental, detentores de uma sociabilidade mais maternal, onde homens e mulheres eram amáveis entre si e muito gentis com suas crianças, já os Mundugmor todos eram igualmente agressivos e em ambas sociedades os papéis sociais destinados a homens e mulheres eram semelhantes, não haviam distinções. Por fim, os Tchambuli, Mead destaca a inversão dos papéis sexuais que temos hoje na nossa sociedade e também onde os homens eram ensinados a serem mais gentis, delicados e maternais (diferente do que podemos observar na nossa cultura), eles cuidavam das crianças após seu nascimento, já as mulheres eram fortes, bravas e guerreiras.

Ou seja, nascer com pênis ou com uma vagina não define o comportamento social dos seres humanos, pelo contrário, fica claro que as concepções sobre gênero são construídas de acordo e por intermédio das interações sociais que os sujeitos ocupam entre si. Podemos destacar que os gestos, os modos de se vestir, de utilizar o corpo, de comer, de andar, de sentir, de falar, de fazer laço com o outro, não são elaboradas de forma semelhante nas sociedades, variando, então, podendo ser considerados mais femininos em alguns momentos ou mais masculinos em outros.

A antropóloga ainda afirma, em uma das três culturas estudadas, que “todas as pessoas são boas e brandas, que homens e mulheres, de igual maneira não têm impulsos

sexuais fortes ou agressivos, que ninguém tem outras finalidades a não ser criar inhames e crianças” (MEAD, 1963, p.162).

Mead (1963, p. 19-27), ainda na introdução de “Sexo e Temperamento (1963)” vai colocar a preocupação com a padronização do comportamento dos sexos no que diz respeito ao temperamento, com as suspeitas culturais de que certas atitudes são naturalmente masculinas e outras naturalmente femininas. Ou seja, a autora vai questionar-se quanto à crença da maioria, de que existe um temperamento ligado ao sexo natural que é ou não distorcido ou afastado da expressão normal, levando em consideração que esses julgamentos feitos por nós a um sexo podem muitas vezes tratar-se apenas de uma variação do temperamento humano.

É no processo de socialização desde a infância e por toda a adolescência que nós construímos a nossa identidade de gênero. A coerção social começa ainda na infância, ensinando nossos corpos a ocupar um determinado lugar no mundo, dessa forma desde cedo vão sendo demarcado os lugares socialmente aceitos para os homens e para as mulheres.

A relação entre gêneros se estabelece dentro de um sistema hierárquico que dá lugar as relações de poder. Entende-se poder neste caso “não como uma coisa, mas como algo relacional, ou seja, fazendo parte de todas as relações humanas.” (ELIAS in TRAVERSO-YÉPEZ, 2005. P.150) E nessa relação de poder, o masculino não só é diferente do feminino, mas também visto como superior e dominante. “A discriminação da mulher começa cedo, no momento do nascimento ou mesmo antes. Pois, quando meninas e meninos chegam à escola já têm interiorizado a maioria dos padrões de conduta discriminatórias” e mesmo após séculos depois de Gilberto Freyre ter escrito “Casa Grande & Senzala (2019)”, ao afirmar que o regime escravocrata era da ordem da submissão e da obediência, cujos portugueses tinham atração sexual pelas negras devido a sua voluptuosidade corporal: “não há escravidão sem depravação sexual” (FREYRE, 2019), me parece que a sociedade brasileira pouco avançou nesse sentido, ao perceber uma certa sexualização para com as mulheres e por vezes rituais de passagem do homem adolescente para o adulto, no passo em que os pais levam, ainda, seus filhos à prostíbulos para perderem sua virgindade, evocando sua masculinidade. Antes, os negros atendiam aos prazeres dos brancos, não por serem negros, mas por estarem na condição de escravos, num lugar de objeto, cujo regime escravocrata sustentou a luxúria, desobrigou o branco de sua moral, fez do negro objeto de trabalho e prazer de todas as formas possíveis, como brinquedo de criança, como remédio (uma negra virgem para curar a sífilis) e dona de casa. É preciso pensar nesses tipos de comportamentos

anteriores para situar a posição que muitos homens colocam as mulheres, fazendo-as muitas vezes de meros objetos e escravas sexuais.

Alguns meninos são estimulados muito precocemente à inferiorizar o feminino: “aos meninos é recomendado o distanciamento das meninas, através de uma pressão social que os estigmatiza como “boiolas”, “viados” ou “ousados”, caso tenham maior interesse em brincar ou ficar no meio das meninas.” (RIBEIRO, 2006. P.153)

Acerca dos estudos sobre poder encontramos em Foucault considerações teóricas que são capazes de dar suporte à reflexão sobre o papel do poder nas relações de gênero. A análise do poder na perspectiva de Foucault é fundamental para compreender as relações de desigualdades das mulheres em relação aos homens, uma vez que concebe “o poder como uma rede de relações sempre tensas. Não admite polaridade fixa, mas considera que homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há constantemente negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças” (FOUCAULT in LOURO, 1998, p. 39-40).

Segundo o historiador Ricardo Oriá no Brasil construiu-se uma história assexuada, onde as questões de gênero só muito recentemente passaram a fazer parte do território epistemológico dos historiadores e cientistas sociais (ORÍÁ, 2009, p. 32).

1356

No Brasil, existe o Programa Bolsa Família e podemos verificar que o próprio Estado reforça a divisão de mundos entre homens e mulheres, reservando à mulher em situação de pobreza a esfera dos cuidados com os filhos e com a casa, além do trabalho remunerado precário e/ou informal (FERREIRA E MARIANO, 2014, p. 03). Ou seja, ao direcionar as responsabilidades para a mulher, entendemos que o Programa Bolsa Família reproduz a divisão de papéis sociais de gênero postos na sociedade.

Mesmo com a presença cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, as mulheres continuam recebendo salários menores que dos homens e exercendo atividades inferiores e de longe dos espaços de decisão no Brasil. Talvez podemos explicar esse fato por historicamente as mulheres estarem relacionadas as atividades que remetem ao cuidado do outro, seja no seu papel de mãe ou no de responsável pelos membros da família, podemos correlacionar historicamente esse tipo de comportamento através do capítulo IV de Gilberto Freyre: “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”, no seu livro “Casa Grande & Senzala”, onde as escravas negras não só amamentavam os filhos dos brancos com seu leite, mas também os alimentavam culturalmente, transmitindo a sua própria cultura e que carregamos ainda conosco como o fato delas contarem histórias

e as cantigas de ninar, o que é imposto culturalmente ainda às mulheres no Brasil atual, na maioria das vezes. Queira ou não queira o negro africano ainda têm extrema importância para compreendermos o Brasil e que de algum modo todos os brasileiros carregam consigo uma sombra indígena ou do negro, o que confirma Freyre (2019), afirmando que “na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar [...] em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra.”

A partir daí, vão se desenhando em sua dimensão sócio-cultural a esfera de sobrevivência doméstica para as mulheres e a transcendência pública para os homens, constituindo o espaço “próprio” do feminino e o espaço “próprio” do masculino dentro das relações materiais desiguais. É dentro desse espaço de restrições que as relações de gênero se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar às relações de poder, no qual há uma naturalização da condição de submissão e opressão feminina pelos homens, e de supremacia da esfera masculina (DE OLIVEIRA NASCIMENTO, 2016, p. 386).

O machismo é um problema estrutural e acabamos crescendo numa sociedade que passa esses tipos de valores desde muito cedo, esperando que a mulher seja criada para a esfera doméstica, que ela seja submissa, ou seja, temos uma cultura que é muito machista. A mulher, seu corpo, sua sexualidade e os papéis sociais que lhe foram atribuídos ao longo da história tem a possibilidade de inverter, modificar essa condição através da distribuição do poder nas instituições sociais e da apropriação do saber.

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que: “promover a igualdade entre homens e mulheres ajuda no crescimento estável e no desenvolvimento de sistemas econômicos, com benefícios sociais mensuráveis através de indicadores econômicos” (ONU, 2003). Acrescentasse mais ainda que “buscar e consolidar melhores condições de vida para as mulheres do mundo, além de uma questão de direitos humanos, deve ser encarado como uma prioridade para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa”. (Relatório de Direitos Humanos, ONU, 2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e poder**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERREIRA, Lina Penati; MARIANO, Silvana Aparecida. Gênero e o Programa Bolsa Família: que papel cabe às mulheres? Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 mai. 2014

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária, p. 47-68, 2010.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. 1963.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

RIBEIRO, Jucélia. **Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças**. 2006.

ONU. **O Escritório Regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para a Europa e a CEI Elaboração de legislação com consciência de gênero: como promover e proteger a igualdade de gênero no leste europeu e na comunidade dos Estados Unidos**. 2003.

DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Antônia Camila. Mulheres e papéis de gênero no Programa Bolsa Família. **O Social em Questão**, v. 19, n. 35, p. 375-399, 2016.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**, v. 11, p. 17-27, 2014.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha A.; PINHEIRO, Verônica de Souza. Socialização de gênero e adolescência. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 147-162, 2005.

1358

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em revista**, n. 46, p. 201-218, 2007.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos. Nem mulheres, nem negrxs, nem queer of colour (QOC) na liderança do futebol brasileiro! a interseccionalidade no esporte. 2021.

JESUS, Jaqueline G. Trans-formações: poder e gênero nos novos tempos. Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012a.